

## UM OLHAR SOBRE A DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Caroline Aidar Silvestre\*

Marlene Barbosa de Freitas Reis\*\*

### Introdução

Este texto é decorrente da pesquisa “Políticas Públicas de Diversidade no Brasil: continuidades e descontinuidades”, desenvolvida na Universidade Estadual de Goiás (UEG), Câmpus Inhumas, pela professora Dr<sup>a</sup>. Marlene Barbosa de Freitas Reis, no período de 2014 a 2015. O artigo tem como objetivo, abordar o tema diversidade, reconhecendo, valorizando e considerando as diferenças culturais, sociais, étnico-raciais, religiosas, sexuais, além das pessoas com incapacidades biológicas que tenham sua convivência social dificultada.

Com o crescimento do discurso da inclusão e diversidade, cada vez mais se vê surgir na sociedade uma escola mais atenta às questões relacionadas à diversidade, tornando o espaço escolar mais rico em aprendizagem. Todavia, ainda, há muito que fazer para a construção de uma escola efetivamente inclusiva e comprometida com esta tarefa. Deste modo, o presente trabalho aborda a diversidade e inclusão escolar, apresentando reflexões sobre a atuação de profissionais e pesquisadores que se interessam por estas questões.

### Objetivo

Esta pesquisa tem como objetivo central apresentar a trajetória das políticas públicas de diversidade e inclusão, identificando as ações, efetivas ou não, em prol do reconhecimento da diversidade. Pretendemos ainda fomentar reflexão entre o real e o ideal a respeito das questões relacionadas às políticas educacionais voltadas para o atendimento à diversidade.

---

\* Pesquisadora: acadêmica do 3º ano do Curso de Pedagogia, da Universidade Estadual de Goiás, Inhumas, Goiás. E-mail: carolineaidar@gmail.com

\*\* Orientadora: professora pós-doutora, docente efetiva da Universidade Estadual de Goiás, Inhumas, Goiás. E-mail: marlenebfreis@hotmail.com

## **Metodologia**

A metodologia utilizada neste estudo é de natureza bibliográfica, com caráter qualitativo. A pesquisa foi constituída teoricamente, com base nos autores: Barreto e Reis (2011); Brasil (1994) e (2007); Fontes, Glat e Plestch (2006); Pierucci (1999), Reis e Silva (2011) e Reis (2013).

Para a realização deste trabalho inicialmente fizemos um plano de trabalho com um cronograma das atividades a serem realizadas, baseado no tema da pesquisa, que foi ao longo do período se desenvolvendo, por meio de estudos bibliográficos, discussões, orientações e participação em eventos que foram de fundamental importância para a realização da mesma.

Aos poucos, fomos construindo todo o trabalho que foi apresentado em alguns eventos, tornando esta pesquisa significativa e relevante para mim.

## **Resultados e Discussões**

A presente pesquisa pretendeu abordar o tema diversidade, reconhecendo, valorizando e considerando as diferenças culturais, sociais, étnico-raciais, religiosas, sexuais, além das pessoas com incapacidades biológicas que tenham sua convivência social dificultada.

Contudo, para que as práticas pedagógicas que visam romper com a homogeneização presente na cultura escolar e docente se efetivem, torna-se necessário implantar políticas públicas educacionais, para incentivar a adoção de práticas em que as diferenças sejam entendidas como parte de nossa vivência.

Para isso, é preciso que todas as especificidades que compõem o tema sejam consideradas e, nesse sentido, a escola surge como uma instituição importante para a disseminação de conceitos que valorizem a troca de experiências e a luta pelo direito e reconhecimento das diferenças. Glat, Fontes e Plestch (2006, p. 8) afirmam que:

As conquistas no campo da educação especial como área de conhecimento, pesquisa e prática profissional têm muito a contribuir neste processo e é a partir do diálogo entre os modelos de Educação que uma nova forma de se pensar a escola poderá surgir, capaz de atender às necessidades educacionais especiais de cada um de seus alunos, não somente daqueles com deficiência, condutas típicas ou altas habilidades, mas todos aqueles que atualmente são marcados pelo ciclo da exclusão e do fracasso escolar.

As considerações dessas autoras apontam para uma nova maneira de pensar a escola, numa perspectiva de respeito às diferenças, às necessidades educacionais especiais e àqueles relegados ao fracasso escolar; ou seja: a diversidade.

De acordo com Reis (2013), a diversidade não se refere aos alunos que apresentam algum tipo de deficiência, mas sim, a todos que possuam alguma dificuldade para aprender, o que consolida a proposta de uma educação para “todos” e não para “alguns”. Nesse sentido, ressaltamos que neste estudo, diversidade é tratada como valor, característica natural do ser humano, variedade e convivência de pessoas, de ideias diferentes, no mesmo espaço das salas de aula de ensino regular onde a heterogeneidade deve se sobrepôr a homogeneidade, conforme pontua Reis (2013).

Portanto, segundo Reis (2013) a diversidade é tratada aqui como políticas públicas norteadoras da política nacional inclusiva em detrimento de políticas focalizadas, entendendo-a como forma de existir. Por isso, “pensar o espaço educacional como espaço de oportunidades de debates, de estilos e ritmos de aprendizagens diferentes, abarca os fundamentos e princípios da educação inclusiva” (PIERUCCI, 1999, p. 33). Desse modo,

A educação não pode estar separada, nos debates, de questões como desenvolvimento ecologicamente sustentável, gênero e orientação sexual, direitos humanos, justiça e democracia, qualificação profissional e mundo do trabalho, etnia, tolerância e paz mundial. A compreensão e o respeito pelo diferente e pela diversidade são dimensões fundamentais do processo educativo (BRASIL, 2007, p. 1).

Estas considerações levam à reflexão de que a o respeito às diferenças tornam-se fundamentais no processo educativo, sendo necessário fomentar as discussões sobre o assunto e contribuir para consolidar atitudes valorização à diversidade. Desta forma, deve abranger todos os atos educacionais, desde nossa concepção e o modo como analisamos a educação, para tentar entender seus objetivos, abordar os conteúdos do currículo, os métodos pedagógicos, a organização das instituições escolares, até as bases político-pedagógicas da estrutura do sistema educacional.

Mas, ainda, são necessárias algumas transformações no que se refere às atitudes das pessoas, ou mesmo em relação à acessibilidade (adaptações das estruturas físicas que dificultam ou até mesmo impedem o acesso dos deficientes a algum local). Assim, acreditamos que a inclusão pode acontecer de fato e não ficar somente na teoria, garantida por leis e documentos que surgiram com este objetivo.

Essas transformações, necessárias para a consolidação de atitudes de respeito à diversidade, são discutidas por Reis e Silva (2011, p. 10). As autoras pontuam que

Um processo inclusivo implica em mudanças, tanto no sistema quanto na escola. E, principalmente, requer uma nova visão das pessoas, uma mudança de mentalidade, de forma que todos sejam respeitados, independentemente de suas diferenças. Entende-se, então, que a inclusão é muito mais ampla do que simplesmente inserir no ensino regular aquele que é diferente.

A esse respeito, autoras, ainda, afirmam que

Cada ser humano é único justamente pelas suas diferenças. Portanto, para efetivar a inclusão é preciso que a escola se transforme, começando por desconstruir práticas de segregação, abandonando toda forma de discriminação contra pessoas com deficiências ou contra qualquer outro aluno. As diferenças enriquecem, ampliam, são necessárias porque permitem a identificação e, portanto, contribuem para o crescimento de todos os envolvidos no processo educacional (REIS; SILVA, 2011, p. 11).

Estas considerações contribuem para a reflexão sobre o respeito às diferenças. Afinal, toda criança tem o direito de estar na escola com os recursos necessários para usufruir cada vez melhor do ambiente escolar, que é um espaço de convivências e trocas de experiências.

Sob esse prisma, o professor tem papel importante como mediador do conhecimento, estabelecendo relações favoráveis a todos os alunos e, contribuindo para a inclusão, a aprendizagem, evolução e autonomia dos educandos. De acordo com Reis e Silva (2011, p. 11) o professor é um agente fundamental no processo de inclusão. Contudo, ele precisa ser apoiado e valorizado, pois sozinho não poderá efetivar a construção de uma escola fundamentada numa concepção inclusiva. Assim, no âmbito escolar, é necessário que todas as pessoas que atuam no espaço educativo possam agir no sentido de valorizar a inclusão.

Um dos caminhos seguros na consecução desta tarefa passa pela formação dos profissionais docentes, para que o novo paradigma torne-se realidade na vida das pessoas. Para tanto, a importância do professor no trabalho educativo e inclusivo é primordial. Ele é o profissional responsável por garantir o direito dos indivíduos a receberem as condições necessárias para o desenvolvimento cognitivo e socialização dos mesmos.

A autonomia dos docentes se mostra importante em todos os níveis desse processo, desde as questões da escola frente ao governo na busca do oferecimento de formação continuada, até o desenvolvimento do pensamento reflexivo de cada aluno. Assim,

ressaltamos que por meio desta autonomia, os professores possam desenvolver projetos e atividades que contemplem a questão da diversidade, atuando nas especificidades de cada educando, respeitando e contribuindo para a formação de uma sociedade mais igualitária.

Para Reis e Silva (2011, p. 11), somente a formação acadêmica não é suficiente para o desenvolvimento de competências que garantam o sucesso de uma prática pedagógica que contemple princípios inclusivos. As competências para uma gestão inclusiva só poderão ser adquiridas por meio de uma prática continuada, reflexiva e coletiva. A formação do profissional docente não deve se restringir e nem tampouco extinguir-se na formação inicial. O professor é um profissional que deve estar sempre em formação para atender as diferentes necessidades educacionais da atualidade. Sob este aspecto, Reis e Silva (2011, p. 14) afirmam que:

As mudanças na formação de professores precisam proporcionar um preparo que atenda questões teóricas, práticas e metodologias capazes de efetivar a inclusão escolar. Tendo em vista que esse novo paradigma de educação traz a valorização das diferenças, sendo preciso respeitar o indivíduo como um ser único, princípio que força aos professores a abolição de toda forma de homogeneidade em suas práticas.

Nesse sentido, mudanças no campo da formação docente para a educação inclusiva podem contribuir de maneira significativa para que as transformações no reconhecimento e atendimento à diversidade aconteçam nas escolas, e que, experiências bem-sucedidas não sejam mais exceções no nosso cenário educacional e sim a norma de uma educação democrática.

Frente a esta questão, entende-se a urgência e a necessidade de rompermos com “velhos paradigmas de uma educação padronizada e com a visão homogênea de alunos classificados segundo padrões de normalidade. Romper com o modelo de educação que segrega e exclui aqueles que não se enquadram aos padrões da sociedade” (REIS; BARRETO, 2011, p. 20).

Sendo assim, cabe a todos fazermos parte do processo de inclusão de pessoas com deficiência, não só na vida escolar, mas, também, na sociedade de forma geral, contribuindo com um avanço significativo dessas pessoas como participantes ativos do meio em que vivem.

O professor como um ser ativo, não pode esquecer que as diferenças existem em todas as relações interpessoais, mas que é possível, mesmo com obstáculos, formar pessoas e obter êxito na sua vida pessoal e profissional.

Afinal, o relacionamento das crianças com deficiências na classe regular pode ser um “passo” para formar uma sociedade mais inclusiva, uma vez que, antes de ter necessidades educativas especiais essas crianças são seres humanos dotados de inúmeras possibilidades e com um grande potencial a ser trabalhado e considerado.

### **Considerações Finais**

Esta pesquisa constituiu-se num instrumento de reflexão para mim ao participar desse projeto de pesquisa e para os profissionais da educação sobre os desafios postos pela sociedade contemporânea, principalmente no que diz respeito à diversidade humana e inclusão. Acreditamos que a reflexão sobre a diversidade, seja o ponto de partida da nossa caminhada rumo a transformações conceituais e práticas educativas, a fim de garantir educação para todos, por meio de aprendizagens efetivas que garantam a permanência do aluno e, conseqüentemente, seu sucesso escolar.

No entanto, a escola vem demonstrando grande dificuldade para atender esta diversidade humana, uma vez que ainda conserva concepções e práticas pautadas em tendências pedagógicas que acreditam no processo de aprendizagem homogeneizado, padronizado e que renegam a diversidade.

Por isso, entendemos que é de extrema relevância que a escola, especialmente a pública, reconheça as diferenças, valorizando as especificidades e potencialidades de cada um, reconhecendo a importância do ser humano, lutando contra os estereótipos, as atitudes de preconceito e discriminação em relação aos que são considerados diferentes dentro da escola.

Por fim, este estudo não tem a pretensão de encerrar o assunto e mostrar-se como um único caminho a ser seguido, mas pretende ser visto como uma porta que se abre para a discussão e reflexão, por uma prática mais humana.

### **Referências**

BARRETO, Claudia S. G.; REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Educação inclusiva: do paradigma da igualdade para o paradigma da diversidade**. Polyphonia, v. 22/1, jan./jun. 2011.

BRASIL. MEC. UNESCO (Espanha). **Declaração de Salamanca**: linhas de ação sobre as necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

\_\_\_\_\_. **Educação como Exercício de Diversidade**. Brasília: SECAD/MEC, 2007.

FONTES, Rejane de Souza; GLAT, Rosana; PLESTCH, Márcia Denise. Uma breve reflexão sobre o papel da educação especial frente ao processo de inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais em rede regular de ensino. **Cadernos de Educação 6: Inclusão Social Desafios de uma Educação Cidadã**. Rio de Janeiro: UNIGRANRIO Editora, p. 13-30, nov., 2006.

PIERUCCI, Antonio Flávio. **Ciladas da Diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.

REIS, Marlene Barbosa de Freitas. **Política Pública, Diversidade e Formação Docente: uma interface possível**. 2013. 278 f. Tese (Doutorado em Ciências, em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento). Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

\_\_\_\_\_; SILVA, Lívia Ramos de Souza. Educação Inclusiva: o desafio da formação de professores. **REVELLI** – Revista de Educação, Linguagem e Literatura da UEG-Inhumas, v. 3, n. 1, p. 07-17, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.revista.ueg.br/index.php/revelli/article/view/2861/1817>>. Acesso em: 24 jun. 2015.